

RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.870 - RS (2019/0009533-2)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **MARIA CRISTINA CARDOSO TORRES**
ADVOGADOS : **THIAGO CECCHINI BRUNETTO - RS051519**
: **RAFAEL GRAZIANI DE SOUZA MELLO LOPES E OUTRO(S) -**
: **RS081590**
RECORRIDO : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por MARIA CRISTINA CARDOSO TORRES, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. APLICABILIDADE DO ARTIGO 534 DO CPC.

A questão atinente à possibilidade de execução provisória de sentença contra a Fazenda Pública, com repercussão geral já reconhecida, está pendente de apreciação definitiva pelo e. Supremo Tribunal Federal (STF, RE 573872 RG, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 20/03/2008, DJe-065 DIVULG 10/04/2008 PUBLIC 11/04/2008). Logo, há de prevalecer - pelo menos até o pronunciamento daquela e. Corte - a regra prescrita no art. 100, § 5º, da CRFB (É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente).

O trânsito em julgado não é exigível para iniciar o procedimento de execução/cumprimento de sentença, porém é imprescindível para a expedição do respectivo precatório. Isso porque, por imposição do sistema normativo, a execução provisória das decisões judiciais, fundadas que são em títulos de natureza precária e revogável, se dá, invariavelmente, sob a inteira responsabilidade de quem a requer, sendo certo que a sua revogação acarreta efeito ex tunc, circunstâncias que evidenciam sua inaptidão para conferir segurança ou estabilidade à situação jurídica a que se refere (STF, RE 608482, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em

07/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-213 DIVULG 29/10/2014 PUBLIC 30/10/2014), e recomendam cautela na prática de atos de natureza satisfativa" (fl. 127e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 133/138e), os quais restaram parcialmente acolhidos, para o fim exclusivo de prequestionamento, nos termos da seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE.

Os embargos de declaração constituem recurso interposto perante o magistrado ou colegiado prolator da decisão impugnada, com vistas à supressão de omissão, contradição, obscuridade ou erro material no texto que possa dificultar a exata compreensão da manifestação judicial. E mesmo quando opostos com o objetivo de prequestionar matéria a ser versada em provável recurso extraordinário ou especial, devem atender aos pressupostos delineados no artigo 1.022 do CPC, pois não se prestam, por si só, para forçar o ingresso na instância superior, decorrendo, sua importância, justamente do conteúdo integrador da sentença ou do aresto impugnado. Com efeito, não se revelam meio hábil ao reexame da causa ou modificação do julgado no seu mérito, pois opostos quando já encerrado o ofício jurisdicional naquela instância" (fl. 171e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação ao **art. 739-A, § 3º, do CPC/73**, bem como aos **arts. 356, 520, 521 e 523, do CPC/2015**, sustentando que, "com efeito, em se tratando de execução contra a Fazenda Pública, fundada em sentença transitada em julgado, a impugnação parcial não impede o seu prosseguimento, com a expedição de precatório ou de requisição de pequeno valor relativamente à parte não impugnada"(fl. 181e). E, ainda, que, "a partir da redação do artigo 356 do Novo Código de Processo Civil - NCPC, não há que se falar em suspensão integral da execução de sentença até o encerramento da ação ordinária, uma vez que é possível a execução da parcela que for reconhecida como devida no curso da ação de conhecimento sem que seja renovada (na via recursal) a irresignação da parte demandada" (fl. 181e).

Aduz, em reforço, que:

"Vislumbra-se, pois, que transitou em julgado o comando que reconheceu o direito à percepção do adicional por tempo de serviço

sobre os proventos correspondentes à jornada de 40 horas semanais, com o pagamento das parcelas vencidas e vincendas, eis que não houve interposição de novos recursos pela executada e os recursos excepcionais pendentes de julgamento, interpostos pela parte autora e não dotados de efeito suspensivo, atacam tão somente o critério de correção monetária a ser aplicado (afastamento da TR). Assim, o capítulo da decisão que se encontra em execução encontra-se albergado pela coisa julgada material, sujeitando-se, evidentemente, à execução definitiva, observado o critério de correção monetária até aqui ratificado no processo de conhecimento (no caso, a TR, devidamente observada nos cálculos que instruíram a petição inicial). Impositiva, assim, a reforma da decisão agravada" (fl. 188e).

Por fim, requer "que este Eg. Superior Tribunal de Justiça conheça e proveja o presente apelo especial, seja para REFORMAR O JULGADO REGIONAL, com o que se haverá de possibilitar a expedição de ofício requisitório do valor incontroverso no feito, tendo em vista que já se reconheceu a dívida em questão na ação de conhecimento e que a União concordou com o seu pagamento, sob pena de vilipêndio do art. 507 do NCPC, do § 4º do art. 535 do NCPC (art. 739-A, § 3º do CPC/1973) e do Enunciado AGU nº 31, de junho de 2008" (fl. 188e).

Contrarrazões, a fls. 207/229e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 232e).

A irrisignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto pela parte ora recorrente, com pedido de efeito suspensivo, interposto em face de decisão que indeferiu o pedido de levantamento de valores incontroversos e determinou a suspensão do feito até o trânsito em julgado do processo de conhecimento.

Deferido o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, foi acolhido "o pleito recursal, com a expedição de precatório para a requisição do valor principal já consolidado" (fl. 96e). A decisão, entretanto, foi reformada em parte, pelo Tribunal local, para reconhecer cabível a "execução provisória da sentença exequenda, devendo aguardar-se, contudo, o seu trânsito em julgado para a expedição do respectivo precatório" (fl. 126e).

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Ao analisar a controvérsia, concluiu o Tribunal de origem, **in verbis**:

"Por ocasião da análise do pedido de antecipação de tutela recursal, foi prolatada a decisão nos seguintes termos:

É firme na jurisprudência o entendimento no sentido de que não há óbice à execução imediata de parcela incontroversa do crédito, porque, em relação a ela, não pende discussão (art. 739-A, § 3º, do CPC/1973).

Na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça pacificou a orientação de que a execução do incontroverso tem natureza definitiva, sendo possível, inclusive, a expedição de precatório do valor a ela pertinente. Com efeito, não há ofensa à sistemática constitucional do precatório, prevista no art. 100, § 4º, da Constituição Federal de 1988, nem ao art. 730 do Código de Processo Civil.

À vista de tais fundamentos, é de se acolher a irresignação da agravante.

Embora a ação ordinária que originou o cumprimento de sentença não tenha ainda transitado em julgado, verifica-se, compulsando os autos, que a única questão pendente de julgamento definitivo atine à correção monetária e aos juros de mora aplicáveis ao caso.

Assim, tendo em conta o trânsito em julgado dos demais aspectos atinentes ao feito, deve-se acolher o pleito recursal, com a expedição de precatório para a requisição do valor principal já consolidado.

Ante o exposto, defiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento.

(...)

Não obstante, a execução provisória contra a Fazenda Pública é admitida como instrumento idôneo à antecipação de fases posteriores à ação de conhecimento - como a elaboração do cálculo de liquidação de sentença -, com vistas a imprimir celeridade à prestação jurisdicional, eliminando uma etapa futura.

Com efeito, o art. 100, §§ 1º e 3º, da Constituição Federal, exige o prévio trânsito em julgado da decisão, para fins de expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, sem impedir a realização das demais fases da execução antecipadamente.

A questão atinente à possibilidade de execução provisória de sentença contra a Fazenda Pública, com repercussão geral já reconhecida, está pendente de apreciação definitiva pelo e. Supremo Tribunal Federal (STF, RE 573872 RG, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 20/03/2008, DJe-065 DIVULG 10/04/2008 PUBLIC 11/04/2008).

Logo, há de prevalecer - pelo menos até o pronunciamento daquela e. Corte - a regra prescrita no art. 100, § 5º, da CRFB (É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente). Vale dizer, o trânsito em julgado não é exigível para iniciar o procedimento de execução/cumprimento de sentença, porém é imprescindível para a expedição do respectivo precatório. Isso porque, por imposição do sistema normativo, a execução provisória das decisões judiciais, fundadas que são em títulos de natureza precária e revogável, se dá, invariavelmente, sob a inteira responsabilidade de quem a requer, sendo certo que a sua revogação acarreta efeito ex tunc, circunstâncias que evidenciam sua inaptidão para conferir segurança ou estabilidade à situação jurídica a que se refere (STF, RE 608482, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 07/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-213 DIVULG 29/10/2014 PUBLIC 30/10/2014), e recomendam cautela na prática de atos de natureza satisfativa.

No caso concreto, considerando que pende unicamente recurso sem efeito suspensivo, é cabível a execução provisória da sentença exequenda, devendo aguardar-se, contudo, o seu trânsito em julgado para a expedição do respectivo precatório" (fls. 123/126e).

Observa-se que, ao reformar em parte a decisão do Juízo de 1º Grau, o Tribunal de origem aplicou entendimento dissonante à jurisprudência firmada no âmbito desta Corte, que, ao analisar a possibilidade de expedição de precatório da parte incontroversa, firmou posicionamento no sentido de que a execução de parcela da dívida não impugnada pelo ente público deve ter regular prosseguimento, ausente, assim, óbice à expedição de precatório.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CARACTERIZADA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. TRÂNSITO EM JULGADO PENDENTE DO JULGAMENTO DE RECURSO INTERPOSTO EXCLUSIVAMENTE PELO SEGURADO/EXEQUENTE.

PAGAMENTO DO VALOR INCONTROVERSO. EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO PARCIAL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA NO STJ E NO STF. SÚMULA 31 DA AGU. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. EXCLUSÃO. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 98/STJ.

1. Não se configura a aduzida ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide, fundamentando seu proceder de acordo com os fatos apresentados e com a interpretação dos regramentos legais que entendeu aplicáveis, demonstrando as razões de seu convencimento.

2. **A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que, 'na execução contra a Fazenda Pública, a expedição de precatório referente à parte incontroversa dos valores devidos não afronta a Constituição da República'** (AgR no RE 504.128/PR, Relatora Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, publicado no DJe-157 e no DJ em 7.12.2007, p. 55, bem como no Ementário vol. 2302-04, p. 829). No mesmo sentido: AgR no RE 556.100/MG, Relator Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, publicado no DJe-078 e, 2.5.2008 e no Ementário vol. 2317-06, p. 1.187.

3. **Outrossim, o Superior Tribunal de Justiça já analisou a possibilidade de expedição de precatório da parte incontroversa e firmou posicionamento no sentido de que a execução da parcela da dívida não impugnada pelo ente público deve ter regular prosseguimento, ausente, em consequência, óbice à expedição de precatório.**

4. **Ressalte-se o disposto na Súmula 31/AGU: 'É cabível a expedição de precatório referente a parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da Fazenda Pública'.**

5. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual não merece reforma.

6. No que se refere à multa do art. 1.026 do CPC/2015, o recurso prospera, consoante a orientação contida na Súmula 98/STJ ("Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório").

7. Recurso Especial parcialmente provido, apenas para afastar a multa do artigo 1.026, § 2º, do CPC" (STJ, REsp 1.837.552/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/10/2019)

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. TRÂNSITO EM JULGADO

PENDENTE DO JULGAMENTO DE RECURSO INTERPOSTO EXCLUSIVAMENTE PELO SEGURADO/EXEQUENTE. PAGAMENTO DO VALOR INCONTROVERSO. EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO PARCIAL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA NO STJ E NO STF. SÚMULA 31 DA AGU.

1. O Tribunal *a quo* consignou (destaquei): "No caso, o sistema de acompanhamento processual aponta a interposição de recurso especial/agravo denegatório de recurso especial, exclusivamente pelo segurado, os quais foram desprovidos, aguardando retorno para o juízo de origem. Contudo, essa circunstância não constitui óbice ao prosseguimento do cumprimento do julgado, pois tais recursos são recebidos apenas no efeito devolutivo. Ademais, possíveis equívocos no cálculo poderão ser corrigidos na fase do cumprimento do julgado.

(...) Portanto, perfeitamente possível o prosseguimento do cumprimento parcial da sentença, que se dará até o acolhimento do cálculo, ficando vedada a expedição de precatório, porque, em se tratando de Fazenda Pública, é necessário o trânsito em julgado do título judicial para o pagamento do crédito devido, conforme dispõe o artigo 100, §§ 3º e 5º, da Constituição Federal".

2. A **jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que, "na execução contra a Fazenda Pública, a expedição de precatório referente à parte incontroversa dos valores devidos não afronta a Constituição da República"** (AgR no RE 504.128/PR, Relatora Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, publicado no DJe-157 e no DJ em 7.12.2007, p. 55, bem como no Ementário vol. 2302-04, p. 829). No mesmo sentido: AgR no RE 556.100/MG, Relator Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, publicado no DJe-078 e, 2.5.2008 e no Ementário vol. 2317-06, p. 1.187.

3. **Outrossim, o Superior Tribunal de Justiça já analisou a possibilidade de expedição de precatório da parte incontroversa e firmou posicionamento no sentido de que a execução da parcela da dívida não impugnada pelo ente público deve ter regular prosseguimento, ausente, em consequência, óbice à expedição de precatório.**

4. Ressalte-se o disposto na Súmula 31/AGU: 'É cabível a expedição de precatório referente a parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da Fazenda Pública'.

5. Dessume-se que o acórdão recorrido não está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual merece prosperar a

irresignação.

6. Recurso Especial provido" (STJ, REsp 1.803.958/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/05/2019).

Desse modo, o acórdão regional ao considerar cabível a execução provisória da sentença exequenda, devendo-se, entretanto, aguardar o seu trânsito em julgado para a expedição do respectivo precatório, destoou do entendimento dominante desta Corte, impondo-se, portanto, a sua reforma, com base na **Súmula 568/STJ**, segundo a qual "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, para reformar o acórdão regional e possibilitar a expedição de precatório da parte incontroversa no feito.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora